

NOTAS SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE CAETÉ

Aziz José de Oliveira Pedrosa

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade Federal de Minas Gerais; Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFMG); Especialista em História e Cultura da Arte (UFMG); Bacharel em Design de Produto (UEMG). Professor do Centro Universitário Newton Paiva.

Resumo

As cidades erguidas em Minas Gerais no século XVIII destacam-se por seu notável patrimônio cultural e histórico, frutos do importante processo de desenvolvimento da Capitania diante da exploração mineral na região. Com o passar dos séculos, grande parte desse patrimônio extinguiu-se e parte do que restou sofre ameaças de desaparecer, devido à ausência de consistentes medidas de proteção e gestão, discussão ainda prematura nas pautas dos órgãos que cuidam do assunto. Nesse cenário, encontra-se a tricentenária cidade de Caeté, onde o patrimônio existente fora, em grande parte, demolido e o pouco restante carece de meios que promovam sua gestão, salvaguarda e restauração. O presente trabalho tece uma breve reflexão sobre os bens patrimoniais que ainda restam em Caeté, analisando as ações dos órgãos públicos, nas esferas municipal, estadual e federal, bem como de particulares, na proteção, conservação e manutenção desse patrimônio.

Palavras-chave: patrimônio; gestão; Caeté

Abstract

The cities which were built in Minas Gerais on the XVIII century are outstanding because of their notable historical and cultural inheritance, that were results of the important development of Minas Gerais due to the mineral exploration. Across the centuries, a great part of the historical inheritance became extinct and the part that remained can disappear owing to the lack of solid strategies of protection and management of the inheritance, subject that is still premature in the institutions that deal with it. In this setting is Caeté, where the inheritance was almost completely demolished, and those which are still up have no management, rescue and restoration. In this way, this work makes a short reflection about the historical inheritance that still remains in Caeté, analyzing the public institutions actions and also private actions to protect, preserve and maintain it.

Keywords: historical inheritance; management; Caeté

Resumen

Las ciudades elevadas en Minas Gerais en el siglo XVIII sobresalen por su notable patrimonio cultural y histórico, derivados de lo importante desarrollo de la Capitania debido la exploración mineral en la región. Con el pasar de los siglos, gran parte del patrimonio fue extinto y parte de lo que se mantuvo, todavía sufre amenazas de desaparecer debido la ausencia de acciones de protección y manejo, contenido, todavía, nuevo en los temas de las agencias que hacen trabajos relativos al patrimonio. Dentro de este tema se encuentra la ciudad de Caeté, donde el patrimonio fuera, en su mayoría, demolido y el poco que se tiene todavía carece de medios que puedan asegurar su manejo, mantenimiento y restauración. Este artículo hace una breve reflexión sobre los bienes patrimoniales que hay en Caeté, analizando las acciones de las agencias públicas municipal, estatal y federal, así como de las personas en la protección, conservación y manutención de todo este patrimonio.

Palabras clave: patrimonio; manejo; Caeté

1. Introdução

A Capitania de Minas Gerais passou por intenso processo de urbanização, durante o século XVIII, como resposta à incipiente exploração aurífera que se desenvolvia na região. Assim, diversos e pequenos aglomerados urbanos sofreram processos de expansão e de transformação de suas estruturas, culminando na fundação de vilas durante as primeiras décadas dos setecentos. Nesse interim, Caeté, antiga Vila Nova da Rainha, é elevada à condição de vila no ano de 1714, apesar de o antigo arraial ter tido seu surgimento nos anos finais do século XVII e início do XVIII.

Transformada em vila, Caeté tem sua malha urbana em contínuo e intenso processo de urbanização: casarios, templos religiosos e demais prédios surgiram como resposta às necessidades de organização administrativa, espacial e também de apoio às atividades mineradoras que por ora emergiam na região. Nesse sentido, as vias urbanas desenvolvem e desenham a estrutura de uma Vila onde o planejamento cede espaço ao acaso, às circunstâncias coevas e às necessidades de uma sociedade em pleno processo de constituição.

Como tantas outras vilas de Minas Gerais, surgidas no século XVIII, Caeté tem seu traçado urbano delimitado pela topografia irregular, acompanhando a sinuosidade dos morros e elevações existentes, marcas próprias de regiões montanhosas. Assim, ruas estreitas se formavam, cruzando-se umas com as outras indistintamente, demonstrando claramente a despreocupação com o planejamento urbano, o que concedeu o tom da urbanidade que emergia na Vila Nova da Rainha. Diante disso, observa-se que foi a natureza que ditou as formas do traçado urbano e assim compôs a configuração territorial, respeitando os elementos naturais presentes, possibilitando até meados do século XXI uma perfeita sintonia entre si e a urbanidade que envolve e delimita a cidade de Caeté. Não se sabe se tal traçado urbano foi fruto do acaso, da necessidade de se erguer uma vila para dar apoio às atividades mineradoras ou se fora planejado da forma como se apresenta por motivos até hoje desconhecidos. Certo é que, na atualidade, tanto a paisagem natural como o patrimônio arquitetônico em Caeté sofrem e ainda passam por modificações promovidas pelo crescimento populacional, pela industrialização e pela especulação imobiliária.

Considerando-se todos esses aspectos, o presente trabalho tem como eixo reflexivo uma breve análise dos modos pelos quais ocorreu a transformação do patrimônio arquitetônico da cidade de Caeté, além de demonstrar as recentes iniciativas e ações dos órgãos das esferas municipal, estadual e federal, bem como de particulares, na proteção, conservação e manutenção desse pequeno patrimônio que necessita de atenção especial.

2. Breve cronologia da evolução econômica e urbana de Caeté

A Vila Nova da Rainha, hoje Caeté, presenciou, durante o contar de sua história, momentos de pleno progresso e de desenvolvimento de sua estrutura urbana, quando, em fins do século XVIII, tais eventos foram reduzidos com o esgotamento das minas de ouro na região. Assim, a referida Vila passa por período crítico de decadência, visto sua principal atividade econômica, a mineração, não mais fornecer lucros que possibilitassem a continuidade de sua exploração. Como resultado da redução das atividades mineradoras, ocorre também a desaceleração do desenvolvimento urbano, que provoca a minimização das atividades de construção de prédios, casarios, igrejas e demais monumentos, tidos na contemporaneidade como importantes marcas

do passado. São elementos que, representação material de tempos coloniais, hoje atuariam, caso existissem em maior quantidade, como elementos fundamentais do patrimônio cultural da cidade de Caeté.

Após tal período de estagnação econômica e de desenvolvimento, apenas em meados do século XIX, Caeté teria novas oportunidades de movimentação econômica com a produção agrícola que, em pequenas proporções, fornecia à cidade novos direcionamentos para sua fragilizada economia, estagnada por períodos de grande instabilidade. Entretanto, tal crescimento teve impactos irrelevantes na economia local e a cidade apenas teria, novamente, chances de prosperar passadas algumas décadas, no ano de 1894, quando é instalada a Cerâmica Nacional, despontando-a para um novo processo de desenvolvimento de urbanidade e economia, com a criação de empregos e de atividades diversas que dariam apoio ao processo de industrialização que se despontava.

Assim, a Cerâmica Nacional proporcionou a Caeté novas possibilidades de sair das sombras de grande decadência econômica e ressurgir em meio ao novo cenário que se desenrolava. Tal evento ganhou intensidade no ano de 1909, com a inauguração da Estação Ferroviária que, por meio de suas linhas, conectou Caeté a diversas cidades da região estabelecendo entre as cidades vizinhas, e até mesmo entre outros estados do Brasil, importantes vias de fluxo de pessoas e escoamento de produtos diversos.

Na sequência de significativos acontecimentos que registram o ressurgimento econômico de Caeté, tem-se a instalação, no ano de 1926, na cidade, da Companhia Ferro Brasileiro. Tal empresa tinha, à época de suas atividades, o status de ser uma das maiores usinas de fundição da América Latina, que se aportou na cidade e contribuiu para maximizar as oportunidades de seu ressurgimento, crescimento e desenvolvimento urbano, econômico e até mesmo populacional.

Assim, com o pleno crescimento de Caeté, tem-se também uma nova expansão urbana, correlacionada ao estabelecimento de indústrias. Novas áreas, aos arredores do que fora antes a Vila Nova da Rainha, até então não habitadas, passaram a ser progressivamente ocupadas.

Além dos locais que receberam as instalações das empresas e suas atividades de apoio à produção industrial, surgem também bairros que abrigariam a nova população de trabalhadores e toda a estrutura necessária de abastecimento, imprescindíveis a uma população de caráter industrial em processo de formação. Nesse contexto, por volta de 1940, grandes mudanças na constituição dos espaços urbanos foram promovidas e, em 1950, ocorre intenso processo de abertura do município às cidades vizinhas, por meio das estradas que passaram a ser sucessivamente construídas.

A cidade passa, novamente, a reviver seu crescimento urbano sob a ótica da modernidade, após grande período de estagnação.

Desperta, assim, Caeté, diante de um importante cenário favorecedor do processo de ampliação devido, principalmente, ao aumento da circulação de dinheiro e dos investimentos da indústria local. Esses foram atrativos para um novo processo de crescimento populacional, atraindo pessoas de diversas regiões do País, com processo similar ao que ocorrera no século XVIII, fazendo com que Caeté revivesse, ainda que de modos diversos, similar processo de crescimento e expansão.

Todos esses acontecimentos citados, marcos importantes de sua história, foram somatórios favoráveis para que entre os anos de 1967 e início da década 70, da mesma centúria, no go-

verno do prefeito Lincoln Franco, diversas obras civis fossem realizadas. Nesse sentido, algumas ruas do centro histórico e em seu entorno foram alargadas e asfaltadas; cerca de 70% do patrimônio arquitetônico e dos monumentos, constituído de exemplares de fins do século XVIII e início do XIX foi demolido. Em função de ideais de uma tardia visão modernista favorecida pelo progresso, provocou-se a mudança da paisagem de caráter colonial, cedendo-se espaço a novas construções arquitetônicas, influenciadas por tendências estéticas em voga em outras cidades do Brasil, principalmente Belo Horizonte. Com isso, surge uma nova constituição da paisagem urbana com grande descaracterização da cidade nascida no limiar do século XVIII, cedendo-se espaço a uma paisagem de caráter industrial.

Passado o furor do renascimento econômico da Cidade e de seu conseqüente processo de desenvolvimento urbano, novo período de decadência econômica seria assistido em Caeté com o encerramento das atividades da Companhia Ferro Brasileiro por volta do ano de 1990. E então, adormece novamente a cidade, com sua paisagem totalmente reconfigurada, seu patrimônio em grande parte extinto e seu passado praticamente esquecido.

Todos esses marcos, que definem a economia e o desenvolvimento urbano de Caeté, são capazes de ilustrar como foi assegurado ou destruído o patrimônio da cidade. Pode-se considerar que a salvaguarda, ainda que não intencional, do patrimônio cultural de Caeté, até cerca de 1960, foi assegurada pelos diversos processos de decadência econômica, desde fins da exploração aurífera no século XVIII e também pelo baixo crescimento urbano e populacional. Ressalte-se, entretanto, que os monumentos de maior destaque em Caeté, como algumas igrejas setecentistas, tiveram sua existência assegurada devido às políticas federais de tombamento ocorridas no final dos anos de 1930. Já os casarios, chafarizes e outros monumentos restantes sobreviveram às ações do tempo e da mão impiedosa dos pensamentos de renovação, por não serem foco de especulação imobiliária e de interesses políticos ou, ainda, por estarem sob a tutela de proprietários que herdaram as habitações e ainda mantêm relações afetivas com os locais.

Certamente, a ausência de renda e de circulação de dinheiro em Caeté no período citado, apesar de algumas atividades econômicas terem sido estabelecidas, não foram suficientes para promover substancial modificação do cenário urbano, servindo apenas para movimentar, moderadamente, a declinada economia local.

3. Políticas de tombamento do patrimônio em Caeté

Do patrimônio existente em Caeté por volta do ano de 1950, principalmente o arquitetônico, pouco sobreviveu aos dias de hoje. Cita-se, a exemplo, a existência de aproximadamente vinte casarios, remanescentes de fins do século XVIII e início do XIX; três igrejas setecentistas; dois chafarizes, de 1800 e um pelourinho do poder, datado de 1722. Demais exemplares, que abrigam, em sua alvenaria, valor histórico e que se transformaram em símbolos, ainda que silenciosos, dos tempos de prosperidade da cidade são: a Estação Ferroviária, as antigas instalações da Cerâmica Nacional, e alguns poucos prédios de influência eclética, que não representam os mais importantes exemplares do estilo já edificados em Minas Gerais, podendo ser esses prédios considerados apenas como representações, simplórias, do ecletismo em voga no período em que foram concebidos. Refere-se a esses monumentos citados e o silêncio que neles abriga, não somente por aprisionarem em suas paredes lembranças de um passado próspero, mas também por se encontrarem em total abandono, fechando-se às diversas possibilidades de apropriações públicas de caráter cultural, educacional e de convívio que poderiam subsidiar.

Sobreviveram aos tempos de hoje e às práticas de modernização, alguns desses monumentos, por motivos diversos. Podem ser citados a Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso (c.1756), a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (início do século XVIII) e o prédio que hoje abriga o Museu Regional (segunda metade do século XVIII), que fora a antiga residência do polêmico Barão de Catas Altas. Ambos tiveram asseguradas suas salvaguardas nos anos de 1938 e 1950, respectivamente, pelas ações de tombamento federal.

As demais construções existentes em Caeté resistiram ao tempo sem procedimentos de tombamento e de políticas de preservação até por volta do ano 2000, sendo assegurada sua permanência no cenário urbano, por abrigarem setores da administração pública, comércios de particulares e também por servirem de moradia. Desse modo, ficaram tais monumentos às margens de medidas que visassem assegurar, por meio de procedimentos de tutela e conservação, a importância histórica e cultural que tiveram e ainda possuem para a coletividade da comunidade local.

Tal cenário se propaga até o início do século XXI, quando ocorrem as primeiras iniciativas relacionadas à proteção por parte do governo municipal, visto os procedimentos de tombamento anteriores terem ocorrido em apenas alguns exemplares de maior destaque como as Igrejas mencionadas. Chega-se a essa constatação pelo fato de a cidade de Caeté atravessar cerca de sessenta anos sem iniciativas dos governos municipal, estadual e federal em prol da proteção do patrimônio que ainda restara na cidade.

Os bens não protegidos acabaram sendo descaracterizados, destruídos e desapareceram da paisagem urbana de Caeté, atuando tais mutilações como significativas perdas da memória da população que hoje, apenas por poucos testemunhos, como fotografias, conseguem compreender o que foi um dia a importante Vila Nova da Rainha.

Após as ações de proteção citadas, incipientes de acordo com o patrimônio existente à época na cidade, seriam novamente revividas sucessivas empreitadas de tombamento realizadas pelo governo municipal, a partir de 2006 e que se estendem aos dias de hoje. Tais tombamentos foram e são realizados movidos pelas parecerias entre os conselhos municipais de patrimônio e turismo e a Prefeitura Municipal de Caeté, que perceberam que parte representativa do patrimônio havia sido eliminada arbitrariamente e que o pouco que restou corria sérios riscos de se transformar apenas em memórias fotográficas.

Nesse sentido, resulta, dos diversos processos de tombamentos, a importante iniciativa do governo Municipal, por meio de decretos, para efetuar atos de tombamento da Igreja de São Francisco de Assis, dos dois chafarizes oitocentistas e do pelourinho do poder. Os referidos decretos são emendados pelo significado histórico e cultural desses bens que estavam, seriamente, ameaçados de sumirem da paisagem por causa da ação degradante do tempo, pelos sucessivos atos de vandalismo e pelas constantes tentativas de apropriação dos espaços e dos entornos onde se situam, por parte de terceiros, em momento de grande especulação imobiliária.

Após esses tombamentos, considerados ganhos significativos para a gestão patrimonial, nova empreitada de fôlego, direcionada às práticas de proteção, é efetuada no núcleo do centro histórico de Caeté. Essas medidas ocorreram diante do inesperado progresso da construção civil na cidade, retomado por volta de 2002 e que toma corpo na atualidade diante da especulação imobiliária promovida, entre outros fatores, pela possibilidade de instalação de empresas de grande porte do ramo da mineração em Caeté.

Novamente, a construção civil desponta em Caeté e com ela intensa verticalização, desregulamentada, que ainda não faz parte das preocupações do governo municipal, mas que promovem grandes impactos na estrutura urbana, modificando sua paisagem urbana e natural. Em meio a esse contexto, viu-se sendo edificadas prédios no núcleo do centro histórico de Caeté, que não só modificam por completo a paisagem do citado núcleo como também destoam dos conceitos, fundamentais, daquilo que um dia fora uma Vila Colonial.

A contemporaneidade, então, forçou o tombamento do centro Histórico e seu entorno na busca de preservar a materialidade do conjunto e as lembranças de tempos passados, importante fragmento da história da cidade nos tempos que ainda era Vila Nova da Rainha. Sente-se, entretanto, não terem sido realizados tais empreendimentos por volta do ano de 1950, quando ainda estava praticamente intacto o patrimônio da Cidade, momento em que a consciência patrimonial ainda não alcançara a importância que hoje tem. Certamente, sem o tombamento do núcleo do centro histórico, nova reforma da paisagem urbana e com ela do patrimônio cultural haveria sido realizada.

Concomitantemente às ações de tombamento realizadas, foi também produzido o inventário dos bens existentes em Caeté, o que lhes conferiu proteção, em caso de sofrerem riscos.

Feitas as ações de maior urgência no que tange à defesa do patrimônio, partiu-se então para proteção de algumas outras edificações de significativa importância histórica, como a secular Estação Ferroviária de Caeté que, em total situação de abandono, sofreu e ainda sofre depredação de suas instalações e sendo alvo de invasões, causadas por moradores irregulares, em seu entorno, correndo-se riscos iminentes de desaparecer, por completo, da memória e da paisagem da cidade.

4. A gestão do patrimônio em Caeté

Compreendendo-se que ao tombamento se sucedem variadas ações que visam zelar, conservar, restaurar e manter o bem tombado, torna-se importante discutir a atual situação do patrimônio tombado em Caeté e a ausência de políticas públicas que objetivem assegurar a permanência desses bens na paisagem da cidade, uma vez que tal assunto ainda não se faz presente na pauta das preocupações do governo municipal.

Reacendem-se, assim, discussões em virtude da problemática a se resolver, pois ainda são poucas as perspectivas de solução diante dos problemas existentes nesse sentido. Vê-se, pelas ruas do recém tombado centro histórico, que alguns prédios necessitam de urgentes intervenções por se encontrarem seriamente ameaçados de ruir. Não há mobilização, projetos ou ações que possam evitar esse fato.

Alguns bens, ainda que protegidos por atos de tombamento, chamam a atenção por se encontrarem em situação de risco, por causa da ausência de medidas de manutenção e restauro. A exemplo, tem-se o antigo prédio que abrigou, no século XVIII e XIX, a Câmara Municipal de Caeté e que teve como último fim de uso, por parte do poder público, as instalações da biblioteca municipal. Está seriamente deteriorado. As atividades nele abrigadas foram extintas há aproximadamente oito anos e, com isso, suas portas cerradas. Pouco se investiu em ações preventivas e de manutenção do prédio, sendo alguns retoques de restauração empreendidos no ano de 2010. Mas, os procedimentos realizados não foram capazes de recuperar todas as demandas existentes, na ameaçada estrutura e telhados do referido prédio, que ameaçam ruir a qualquer momento. A

ausência de manutenção e de projetos de restauração ocorre não somente pela falta de interesse governamental, mas também por envolver questões políticas de acordos entre o governo municipal e estadual. Trata-se tal edifício de bem sob a tutela do governo estadual, não tendo sido ainda encontrado um acordo entre as duas esferas de governo a respeito do monumento. Nesse sentido, a cada dia, destroços do prédio aparecem, com certa frequência, a sua volta.

Destaca-se, entretanto, que gravíssima é a atual situação da Igreja de São Francisco de Assis, que se encontra em absoluto estado de abandono. Tombada pelo município no ano de 2008, essa Igreja teve recentemente suas atividades de culto e de uso pela comunidade suspensas por estarem comprometidos sua alvenaria e telhado, necessitando, ambos, de urgentes reparos. Comenta-se da existência de recursos financeiros que serão destinados às obras de restauro, que, no entanto, ainda não foram empreendidas, sem esclarecimentos dos órgãos competentes. Fica o importante templo às margens de ruir-se pela ação do tempo.

Além desses bens, existem muitos outros exemplos em Caeté, que ilustram o total abandono em que se encontram e a ausência, efetiva, de políticas públicas de gestão e manutenção desse patrimônio. Citam-se as casas, seculares, de uso privado e a dificuldade de seus proprietários em realizar manutenção e preservação desses bens, visto os elevados custos que exigem tais ações. Muitas vezes, os proprietários assistem suas casas se transformarem em ruínas, por não possuírem meios de conservá-las.

Em outros casos, como o da Estação Ferroviária e do Antigo prédio da biblioteca pública, deverão ser consideradas possibilidades diversas de uso que beneficiem as comunidades locais, e até mesmo o desenvolvimento de projetos que concedam a esses prédios meios de vivências de práticas culturais, sociais e artísticas. São práticas que podem promover o desenvolvimento da sociedade, conscientizando-se sua população sobre a importância de se preservar tais bens em prol de resguardar a história de Caeté e os referenciais que norteiam a urbanidade local.

São essas pequenas sugestões, em meio a um universo ainda por ser descoberto pela gestão da Cidade de Caeté, em prol de se buscar ideias que contribuam para a gestão de seu patrimônio, que se encontra às margens de ser extinto, visto as políticas municipais de tombamento não serem suficientes para assegurar sua permanência nas ruas como importantes lugares de memória de sua população.

Consideram-se tais iniciativas de relevante importância na busca de se manter viva a identidade cultural da comunidade local e os vestígios do universo colonial de uma cidade que teve sua gênese no limiar do século XVIII e que hoje se vestiu com roupagem moderna, movida pela industrialização, pelas oscilações da economia da região e pelo descaso com o patrimônio e sua função, essencial, de memória coletiva.

Referência bibliográficas

ALFONSIN, Betânia. FERNANDES, Edésio. (Coord.) *Revisitando o Instituto do Tombamento*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1971.

“Câmara Municipal de Caeté”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XXVIII, 1977, pp. 157-167.

LIMA JÚNIOR, Arthur. *O que há para se ver em Caeté: roteiro turístico da antiga Vila Nova da Rainha*. Belo Horizonte, 1969.

MUNICÍPIO DE CAETÉ. Tombamento Municipal: Decreto número 052/08, de 31 de março de 2008. Tombamento da Igreja de São Francisco de Assis, Caeté.

MUNICÍPIO DE CAETÉ. Tombamento Municipal: Decreto número 056/08 e 058/08, de 01 de janeiro de 2008. Tombamento dos Chafarizes da Cadeia Velha e de Nossa Senhora do Bonsucesso, Caeté.

MUNICÍPIO DE CAETÉ. Tombamento Municipal: Decreto número 202, de 17 de novembro de 2011. Tombamento do Núcleo do Centro Histórico de Caeté.

MUNICÍPIO DE CAETÉ. Tombamento Municipal: Decreto número 158, de 14 de setembro de 2012. Tombamento da Estação Ferroviária, Caeté.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉ. *Inventário de Proteção – Exercício 2012*. Caeté, 2012.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. Volume 1. p. 25-53.

RIEGL, Alois. *Le culte moderne des monuments*. Paris: Seuil, 1984.

